



O LEGADO DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANO PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

The legacy of the Latin American recognition movement for Brazilian social work

Mably Jane Trindade Tenenblat *

 <https://orcid.org/0000-0002-8109-5712>

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir o Movimento de Reconceituação latino-americano e suas ressonâncias para o Serviço Social brasileiro, considerando suas tendências teórico-metodológicas e as transformações contemporâneas, bem como a ruptura com o conservadorismo no âmbito do Serviço Social. A metodologia adotada privilegiou, essencialmente, a realização de um ensaio bibliográfico sobre a temática, o qual evidenciou o amplo questionamento que a Reconceituação significou para a profissão e suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos-políticos, procedimentos operativos e formação técnica. Além disso, o Movimento de Reconceituação denunciou a pretensa neutralidade político-ideológica do Serviço Social, que, a partir de então, assumiu o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos da classe trabalhadora. Como resultado desse processo, a profissão engendrou um novo projeto, comprometido com as demandas da referida classe. Cumpre mencionar que além da introdução e das considerações finais, o texto foi estruturado em duas seções: a primeira aborda a Ditadura Militar e o Serviço Social brasileiro, destacando as ressonâncias do golpe de 1964 para a profissão, e a segunda trata da importância do legado do Movimento de Reconceituação latino-americano para o Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura Militar; Movimento de Reconceituação; América Latina; Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to discuss the Latin American Reconceptualization Movement and its resonances for Brazilian Social Work, considering its theoretical-methodological trends and contemporary transformations, as well as the rupture with conservatism within the scope of Social Work. The adopted methodology essentially favored the realization of a bibliographic essay on the subject, which highlighted the broad questioning that the Reconceptualization meant for the profession and its purposes, foundations, ethical-political commitments, operational procedures and technical training. In addition, the Movement denounced the supposed political-ideological neutrality of the Social Service, which, from then on, took on the challenge

*Assistente social. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: mablytrindade@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p151-168



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

of contributing to the organization, training and awareness of the various segments of the working class. As a result of this process, the profession engendered a new project, committed to the demands of the working classes. It is worth mentioning that, in addition to the introduction and final considerations, the text was structured in two sections, the first addressing the Military Dictatorship and the Brazilian Social Service, highlighting the resonances of the 1964 coup for the profession and the second, the importance of the legacy of the Latin American Movement for Reconceptualization of Social Work.

KEYWORDS

Military Dictatorship; Reconceptualization Movement; Latin America; Social Work.

Introdução

Todo movimento histórico é resultado de processos sociais, políticos, econômicos e culturais, sendo gerido num determinado contexto socio-histórico. Nesse sentido, analisar o Movimento de Reconceituação na América Latina exige compreender o período que o antecedeu. De acordo com a literatura sobre o tema — em análises realizadas por Netto (1981, 1990), Iamamoto e Carvalho (2008), Barroco (2017), Alayón (2016), dentre outros —, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina emergiu em 1965 e teve seu ocaso em 1975.

Portanto, a compreensão do seu processo na particularidade brasileira consiste — de maneira inescapável — em desvelar o significado econômico-social da Ditadura Civil Militar no País, que perdurou por 21 anos, de 1964 a 1985.

Ademais, é preciso considerar sua constituição, crise e desdobramentos na “transição democrática”, bem como as implicações da natureza do Estado autocrático, do novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras. Nesse sentido, o caráter contraditório dos fenômenos e processos socio-históricos emerge aqui em toda sua efetividade.

Segundo Netto (1990), instaurando condições para a formulação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou, simultaneamente, um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.

Como se sabe, o Movimento de Reconceituação latino-americano foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente a partir da experiência cubana de 1959, que pôs na agenda a perspectiva da revolução socialista e, também, no contexto geopolítico da Guerra Fria, ampliando o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Esses processos foram tensionados por lutas e movimentos sociais com refrações diretas nos Estados nacionais, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura.

Tal conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial, demarcando a expansão e a crise estrutural do capital, com inúmeras e nefastas consequências, como as medidas de ajustes econômicos e sociais impostas à América Latina e, também, ao Brasil.

Como mencionado anteriormente, no presente artigo, pretende-se abordar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, considerando seu contexto socio-histórico, econômico e ideopolítico, bem como as suas ressonâncias para o Serviço Social brasileiro.

Com tal propósito, a argumentação foi estruturada em dois eixos de análise. O primeiro tratará especificamente da Ditadura Militar e do Serviço Social brasileiro, destacando-se as ressonâncias do golpe de 1964 para a profissão. O segundo eixo, por sua vez, discutirá o importante legado do Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil, evidenciando a ampla transformação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política no âmbito do Serviço Social.

A Ditadura Militar e o Serviço Social Brasileiro: ressonâncias do golpe de 1964 para a profissão

A partir da década de 1940, o Brasil entrava num intenso processo de industrialização por meio de uma política econômica que não mais visava exclusivamente o meio rural, mas, se voltava para a crescente urbanização nacional e as relações com o capital industrial. Nesse sentido, Ianni (1996) assinala que o espectro do Brasil Moderno e do desenvolvimento capitalista convivia com as heranças da formação histórica nacional:

Os prenúncios do Brasil Moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo e clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política (IANNI, 1996, p. 30).

A repressão e a busca pela legitimação da ditadura varguista fortaleciam o projeto de expansão do capitalismo, respondendo eficientemente às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana aos interesses que o capital demandava.

O avanço do capitalismo e, conseqüentemente, das transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940 demandaram do Estado brasileiro uma nova forma de enfrentamento das expressões da “questão social”, a partir da intervenção sobre as relações entre as classes burguesa e trabalhadora, estabelecendo não somente uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, mas gerindo — por meio de políticas e serviços sociais — uma resposta às suas manifestações.

Logo, o período compreendido entre os anos de 1940 até meados da década 1960 significou, para o Brasil, um momento de considerável crescimento econômico. Nos países latino-americanos emergia a ideia de desenvolvimentismo, compreendido como uma possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente nos países da região.

No Brasil, contudo, os planos desenvolvimentistas não alcançaram os resultados esperados, uma vez que o desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não se concretizou. Com efeito, observava-se a forte presença de capital estrangeiro no país, compreendida como necessária para o desenvolvimento nacional. Além disso, o que

ocorria, na verdade, era a construção de uma indústria no Brasil e não uma indústria do Brasil. Consequentemente, a emergência de uma economia urbano-industrial trouxe à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender as demandas impostas pela conjuntura e controlar as lutas sociais.

Assim, as grandes instituições assistenciais desenvolveram-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, era um projeto ainda em estado embrionário. Tratava-se, inclusive, de uma atividade profundamente marcada pela influência católica.

Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social significou, também, o processo de profissionalização das assistentes sociais formadas nas Escolas especializadas. O Serviço Social reaparece, desse modo, modificado, no âmbito do aparelho de Estado e de grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. Para Yamamoto e Carvalho (2008), a profissão manteve sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população “cliente”.

Na década de 1960 — considerada, então, a “Década do Desenvolvimento” (AGUIAR, 1995) — o presidente norte-americano John Kennedy (1961–1963) propôs a Aliança para o Progresso¹, imediatamente após a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 1961.

A partir de Juscelino Kubistchek (1956-1960) e da Aliança para o Progresso, percebe-se que a ação da maioria das assistentes sociais não se dirigia aos problemas que emergiam das relações sociais de produção, mas aos seus efeitos imediatos ou a questões relacionadas à vida urbana, como a falta de luz, água, saneamento básico, desemprego, falta de moradia, dentre outras.

Na esteira do Governo JK e seu lema de progresso “cinquenta anos em cinco”, o Serviço Social brasileiro inspirava-se nas ideias “desenvolvimentistas”, que visavam retirar o País do atraso, trazendo-o para a modernidade capitalista industrializada, mediante esforço conjunto da população e do governo.

Para Aguiar (1995), o Desenvolvimento neste período era compreendido não somente como crescimento, mas como crescimento e mudança. Nesse sentido, no começo da referida década, o Serviço Social assumia indisfarçavelmente uma postura

¹ A Aliança para o Progresso foi engendrada durante a gestão de J. F. Kennedy no contexto da Guerra Fria. Tratava-se de um programa de ajuda externa norte-americana, orientado para América Latina e lançado nos anos 1960 — período em que a “ameaça comunista” colocava em xeque o chamado “terceiro mundo”, em especial os países da América Latina. O referido programa constituía-se de um plano de cooperação decenal com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político de países considerados “subdesenvolvidos”. A tal “ameaça comunista” conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de “generosidade” econômica e estratégica. De acordo com Ribeiro (2006), os EUA teriam, assim, adotado a convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países. Logo, a prosperidade americana não poderia existir na ausência de uma prosperidade global. Por conseguinte, um montante significativo de ajuda financeira e técnica foi enviado aos países da América Latina, estendendo-se até 1969.

desenvolvimentista. Tal postura foi evidenciada no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e realizado em 1961 no Rio de Janeiro, cujo tema central foi justamente o “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”. No discurso do, então, presidente Jânio Quadros (1961–1964), restou cristalino a importância do Serviço Social no projeto de desenvolvimento:

O processo de desenvolvimento a que almejamos enseja a participação do homem na solução de seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem-estar. É por isso que o Serviço Social se transforma num instrumento da democracia, ao permitir a verdadeira integração do Povo em todas as decisões da comunidade. (QUADROS, 1961, p. 33).

Como se percebe, havia, frente às refrações da “questão social”, um trato individualizante e despido de qualquer leitura crítica da raiz que engendra a manifestação dos antagonismos de classe.

José Paulo Netto (1990) destaca que havia uma profunda contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e a representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político. O alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais naquele período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa.

Formava-se, assim, o caldo social, político e econômico que resultou no golpe militar de 1964. Para Netto (1990), especificamente em relação ao Serviço Social, no discurso e na ação governamentais, havia um evidente componente de validação e reforço do que o referido autor caracterizou como Serviço Social “tradicional”, ou seja,

prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (NETTO, 1990, p. 117).

O período de Ditadura Militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro, pois, ao mesmo tempo em que a vertente profissional crítica — que emergiu entre os anos 1961 e 1964 —, foi sufocada pela repressão, a profissão foi demandada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social.

Com o golpe, a classe política foi alijada do poder e houve, ainda, o fim do nacional-desenvolvimentismo, tornando inescapável a nossa dependência ao capital estrangeiro, pois o regime militar estava absolutamente a serviço dos interesses internacionais e procurava internamente criar condições para o crescimento do capital internacional por meio da modernização de nossas estruturas (AGUIAR, 1995).

Ademais, imediatamente após o golpe de 1º de abril de 1964, muitas assistentes sociais foram vítimas de perseguição política e as agências de formação sofreram profunda

coerção. Dezenas de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no auge da Ditadura, muitos foram alvos da repressão. Contudo, ainda que uma parcela significativa tenha marcado presença no combate ao regime militar, é fato inconteste que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem expressar muitas ou profundas indignações.

Assim, para Netto (2009, p. 29):

Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. De fato, destaca-se neste período da história da profissão a neutralidade das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional, revelando a alienação diante do quadro político do país.

Com a implantação do regime político ditatorial, os movimentos sociais emergentes durante o período anterior foram desmobilizados, mudando o rumo de suas lutas. Alguns segmentos da categoria de assistentes sociais atuavam junto a estes movimentos, com a intenção de construir um compromisso explícito do Serviço Social com os interesses dos setores populares.

Todavia, com o golpe militar, este trabalho foi interrompido, restando apenas a execução das políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), no sentido de eliminar os obstáculos da resistência cultural às inovações do crescimento econômico (SILVA, 2011). Assim, a atuação profissional na década de 1960 consubstanciava-se por meio da ação do Estado, que respondia às expressões da questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e sempre de acordo com a demanda econômica do capital, sobretudo, internacional.

Além disso, as assistentes sociais atuavam nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados ao aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações da classe trabalhadora e, também, na filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento das expressões da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana (CARDOSO, 2013).

Em termos nacionais, observava-se o desenvolvimento de um processo, tal como qualificado por Florestan Fernandes (2006) de “dominação burguesa”, o que resultaria — décadas mais tarde — na sedimentação de um capitalismo dependente e periférico, atualizando, sob novas bases, a tradição brasileira autoritária e conservadora. Em termos particulares, e considerando a trajetória histórica do Brasil, aliava-se a esse conjunto de fatores a reorganização da Igreja Católica em prol de um amplo movimento de recristanização da sociedade e, principalmente, da reafirmação de seus interesses e privilégios, temporariamente abalados desde o advento da República.

É nesse sentido que Iamamoto e Carvalho (2008) assinala que o Serviço Social emerge com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. Tal movimento, a partir do discurso de minimização dos excessos capitalistas, por um lado, e de ações voltadas para o soerguimento moral dos trabalhadores e de suas

famílias, por outro; constituiu-se, na verdade, em importante veículo de contenção das crises cíclicas da ordem burguesa e de “antídoto” contra a “ameaça comunista”.

Segundo Barroco (2017), ao se considerar as características inerentes à chamada herança conservadora do Serviço Social, cabe destacar a influência teórica do neotomismo², que atribui à sociedade uma ideia de “bem comum”, ou seja, que, por si só, é considerada harmoniosa. Logo, o indivíduo que não se enquadra nessa perspectiva é compreendido como “anômalo” ou “desviante”.

De acordo com José Paulo (1990), até a primeira metade da década de 1960, é inconteste que a profissão não apresentava polêmicas de grande relevo. Mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais; sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e se plasmava numa categoria profissional na qual imperava uma consensual direção interventiva e cívica, o que não significa ausência de conflitos e tensões internas.

A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social, oriunda das condições novas impostas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa, evidenciando a ineficiência do referencial positivista e contribuindo para o surgimento do chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Com efeito, a categoria, instigada pelas inquietações daquele momento histórico, direcionava seus questionamentos ao Serviço Social tradicional por meio de um processo de revisão global, que contemplava as dimensões ética, teórica, metodológica, operativa e política.

Para o Serviço Social brasileiro, os anos 60 do século XX representaram o início de um processo de reformulação global que se prolongou por, pelo menos, três décadas, suscitando um redimensionamento e um amadurecimento profissionais indubitáveis.

Nessa esteira, o Movimento de Reconceituação pode ser considerado como “um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente” e que explicita uma preocupação dos profissionais em repensar a estrutura excludente do capitalismo. (NETTO, 1981, p. 57).

A Reconceituação, como assinala o referido autor (1981), é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social Tradicional, cuja ação pautava-se por meio de um viés de formação social, moral e intelectual das famílias, isto é, a partir de um trabalho tido como “educativo”, que culpabilizava o sujeito pela sua condição. Em suma, uma prática profissional, baseada em atendimentos individualizados e

² O Neotomismo — filosofia inspirada em São Tomás de Aquino — teve importante papel nesse particular tempo histórico para mediar as relações entre classes, pois postulava, dentre outros aspectos, pela existência de direitos naturais como a propriedade e o bem comum. Para Ortiz (2007, p. 133), o neotomismo reconhece o homem como ser dotado de razão, de capacidade de realizar escolhas, sendo “ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus”. Portanto, segundo tal filosofia, esse homem possui a capacidade de aperfeiçoar-se material e espiritualmente, donde há a perfectibilidade e a bondade natural, por ser criatura inspirada no mais perfeito ser.

prolongados, numa ideia de adequação ao comportamento moral esperado, como, por exemplo, no chamado Serviço Social de Caso.

Netto (1990) assinala, ainda, que a Ditadura “reforçou e validou” o chamado Serviço Social “tradicional” na medida em que procurou, simultaneamente, neutralizar qualquer segmento profissional de caráter mais combativo, ao mesmo tempo que garantiu o exercício daqueles estratos da profissão funcionais ao sistema. Nesse sentido, a Ditadura promoveu a profissão em dois eixos centrais, conforme menciona Netto (1990): de um lado, ampliando o mercado empregador em termos nacionais — processo este absolutamente condizente com a refuncionalização do Estado na fase monopolista — de outro, consolidando sua formação profissional por meio da incorporação do curso de Serviço Social no nível universitário.

O Estado não apenas ampliou o número de entidades empregadoras nas diversas políticas sociais setoriais, mas, alterou, também, a sua forma de execução, gerando uma série de “especializações” em seu interior, o que direta ou indiretamente incidiu sobre o modo de intervenção cotidiana das assistentes sociais. Além disso, a esfera da empresa privada passou a contratá-las com muito mais frequência, tendo em vista a multiplicação das empresas no contexto do “milagre econômico”, bem como a crescente necessidade de controle e vigilância da força-de-trabalho. Quadro semelhante pode ser verificado no campo da filantropia, que diante da conjuntura de agravamento das expressões da “questão social”, no contexto da Ditadura, acabou tendo que requisitar um maior número de assistentes sociais para respondê-las.

Com efeito, à medida que se afirmou e redimensionou o mercado de trabalho para a categoria de assistentes sociais, tal processo impôs à profissão e seus sujeitos um “novo padrão de exigência” para o exercício da profissão, ou seja, o mercado de trabalho passou a exigir um novo perfil profissional, capaz de encaminhar com competência as demandas impostas no dia a dia. Ser competente significava conhecer os princípios da administração burocrática e sua racionalidade subjacente — como a neutralidade, por exemplo —, sem que com isso se alterassem os fundamentos ético-políticos e filosóficos, pautados, em larga medida, no Positivismo, no ideário neotomista e nos valores da Doutrina Social da Igreja (NETTO, 1990; IAMAMOTO, 2011b).

Neste sentido, Netto (1990) destaca a entrada do curso de Serviço Social no âmbito universitário com a reforma de 1968, gerando inesperadas consequências, pois, se de um lado, propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; foi, então, que a formação recebeu, de fato, o influxo da Sociologia, da Psicologia Social e da Antropologia. Logo, é absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente. De outro lado, o recrutamento de novo pessoal docente — tornado compulsório pela expansão dos cursos — também se revelou contraditório.

A criação de cursos que pululavam por todo o país, passou a recrutar novos docentes de outras inserções sociais (incluindo o recrutamento de assistentes sociais para além dos segmentos mais abastados da sociedade), bem como com trajetórias acadêmicas distintas,

ou seja, desde profissionais formados há mais tempo até os recém-formados (NETTO, 1990).

A convivência deste novo corpo docente com o meio acadêmico, dedicado ao aprimoramento intelectual, oportunizou, num lapso de tempo consideravelmente curto, o acúmulo de determinada massa crítica capaz de dinamizar o debate profissional, bem como sua própria Renovação em direções diferentes — majoritariamente, na manutenção da herança conservadora, travestindo-a de nova roupagem, entretanto para além do confessionalismo; e em princípio, minoritariamente, na intenção de ruptura efetiva com o histórico conservadorismo (NETTO, 1990).

E aí reside a contradição, apontada pelo autor, pois, se desde a sua emergência na divisão social e técnica do trabalho não encontrávamos divergências de fundo entre as assistentes sociais, mas um ambiente de relativa homogeneidade do ponto de vista político e doutrinário, no pós-1964, esse quadro de convergência e homogeneidade terminantemente desfaz-se com a entrada desse novo corpo docente e com a perspectiva pioneira no Serviço Social brasileiro de superação do histórico conservadorismo.

O legado da reconceituação para o Serviço Social brasileiro

No contexto da ditadura militar, em 1º de abril de 1964, foi realizada uma assembleia extraordinária pelo Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre, na qual foi produzido um documento nomeado “Manifesto ao Povo” e assinado pelos representantes do Sindicato de Assistentes Sociais³, pelos representantes do Conselho Regional de Assistentes Sociais e pela Direção da Escola de Serviço Social de Porto Alegre. O manifesto, além de declarar oposição ao quadro político ditatorial que se configurava no Brasil, defendia inúmeras reformas de base (SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019).

Paralelamente aos “ataques” engendrados pela repressão militar, ocorria a reorganização das forças da resistência que, naquela ocasião, alcançaram um novo patamar com o Seminário de 1965, realizado em Porto Alegre, sedimentando-se numa perspectiva latino-americana articulada com a denominada “Geração 65”, formada principalmente por profissionais brasileiros, uruguaios e argentinos (SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019).

Não obstante o golpe de 1964, a erosão do Serviço Social Tradicional mostrou-se inexorável em 1965, na cidade de Porto Alegre, a partir do “I Seminário Regional de Serviço Social frente às mudanças na América Latina”, que tensionou a legitimidade das orientações norte-americanas na formação profissional da época.

Nessa esteira, o Seminário de 1965 oportunizou a emergência do Movimento Reconceituação Latino-Americano por meio da organização de seminários em diferentes países até 1975. Tais eventos objetivavam a constituição de uma frente profissional latino-americana permeada “pela ideologia anti-imperialista [...] que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às

³ Seno Cornely foi um dos fundadores dessa entidade, criada em 1958.

problemáticas comuns da América Latina, unidade esta construída autonomamente e sem tutelas imperiais” (NETTO, 1990, p. 146).

O debate da unidade profissional foi permeado pelas ideias desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir da concepção de subdesenvolvimento econômico e cultural dos países latino-americanos, como particularidade histórica e estrutural do capitalismo periférico. O Estado Nacional deveria ser o indutor do desenvolvimento e da “modernização” por meio das mudanças das estruturas sociais, fortalecendo a economia “interna” e as políticas sociais (NETTO, 1990).

De acordo com José Paulo (1981, 1990), nos anos 1960, especialmente, no pós-1964, o fenômeno mais importante para o Serviço Social consiste no que o autor conceitua como “Renovação do Serviço Social”. Com a Renovação, a profissão não mais seria a mesma, tendo em vista os inúmeros desdobramentos observados, seja do ponto de vista do exercício e da formação profissional, seja quanto à organização política da própria categoria. Em síntese, foi no marco da ditadura burguesa, com o avanço da tecnocracia e da laicização, que se impulsionou o processo de Renovação da profissão no Brasil, definida como “uma resposta construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entrelaçavam na interação profissionalidade-sociedade” (NETTO, 1990, p. 141).

Assim, além de se instaurar o pluralismo no âmbito da profissão — que se tornou evidente com a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista —, a Renovação significou, segundo Netto (1990), um expressivo avanço, pois permitiu a identificação do estatuto teórico como reconhecimento do/da assistente social como intelectual. Tal aspecto consistiu em um salto se o compararmos ao constrito teórico e político-ideológico, que legitimava a profissão anteriormente, tanto do ponto de vista do seu exercício, quanto de sua imagem social.

Contudo, o legado da politização da profissão — entre os anos 1960-1964 — foi atingido parcialmente, pois houve uma assimetria temporal da intervenção autocrático-burguesa, que atacou de imediato os suportes sociopolíticos das tendências profissionais críticas e avançadas, mas só um tempo depois conseguiu eliminar a ambiência teórico-cultural que as mobilizava (Netto, 1990).

Netto (1990, p. 147) afirma, ainda, que:

No âmbito de suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteraram-se muitas demandas práticas colocadas ao Serviço Social e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais, donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional; a reprodução da categoria profissional — a formação dos seus quadros técnicos — viram-se profundamente redimensionadas. Ademais, os padrões de sua organização como categoria e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis, assim como as suas autorrepresentações.

Algumas outras consequências imediatas desse amadurecimento também são apontadas, a primeira delas é que a Renovação abre a possibilidade de o Serviço Social tornar-se alvo das preocupações de sua pesquisa, favorecendo, com isso, o confronto das diversas

concepções de profissão, bem como o fortalecimento de vanguardas profissionais voltadas para a investigação (NETTO, 1990).

Além disso, uma nova configuração dos congressos e das instâncias organizativas da categoria foi evidenciada na Renovação do Serviço Social. Tais eventos deixam de ser espaços de consagração consensuais e se revelam territórios de polêmica. O papel das instâncias organizativas, pois, também se modifica: entidades que tradicionalmente tinham referendadas as suas propostas, neste processo veem-se em xeque e são obrigadas a estabelecer uma nova sintonia com parcelas importantes da categoria profissional — tanto no que diz respeito a questões corporativas como, e este é o ponto importante, a temáticas de outra natureza (teórica, ideológica e política).

É, portanto, a simultaneidade entre a continuidade e a ruptura com o Serviço Social “tradicional”, que permite, de um lado, a ascensão de correntes de modernização e reatualização do Serviço Social, de acordo com Netto (1990), que embora critiquem os princípios do chamado Serviço Social “tradicional”, reposicionam o histórico conservadorismo presente na profissão desde suas protoformas. De outro, o surgimento, pela primeira vez na trajetória socio-histórica dessa profissão, de uma matriz profissional voltada efetivamente para a ruptura com o tradicionalismo.

Trata-se da vertente nominada pelo autor supracitado de “intenção de ruptura”, a qual recebendo (embora tardiamente) os influxos do Movimento de Reconceituação propõe-se a construir uma nova programática para a profissão radicalmente contrária aos preceitos tradicionais do Serviço Social e capaz de enfrentá-los e superá-los. Sendo assim, cumpre assinalar a unanimidade entre os autores brasileiros mais críticos — Netto (1990), Iamamoto (2011a) e Barroco (2017) — sobre o entendimento de que o Movimento de Reconceituação fundou-se no caldo sociocultural da crise do Serviço Social “tradicional” e, por conseguinte, na Renovação do Serviço Social.

Entretanto, ressalta-se que, enquanto a Renovação pode ser compreendida como um fenômeno internacional, a chamada Reconceituação imbuu-se, nestas latitudes, das questões e processos comumente presentes entre todos os países latino-americanos, como a posição periférica assumida por tais nações no cenário do capitalismo monopolista e os desdobramentos daí advindos (NETTO, 1981).

Ademais, trata-se de um processo datado, historicamente, de 1965 a 1975, exaurindo-se nos anos 1970 em função, em linhas gerais, da ascensão de regimes ditatoriais na América Latina; e, em nível particular, em virtude da sua própria heterogeneidade. Dito de outro modo, o conjunto dos renovadores era um leque extremamente heterogêneo, que necessariamente articulava uma renovação caleidoscópica (NETTO, 1981).

Nesse sentido, o Movimento de Reconceituação expressava um amplo questionamento da profissão, suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos-políticos, procedimentos operativos e formação profissional. Denunciava-se, assim, a pretensa neutralidade político-ideológica do Serviço Social, que assumia o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos de trabalhadores marginalizados.

Como resultado, a profissão comprometeu-se com um novo projeto, alinhado às demandas das classes trabalhadoras.

Para Iamamoto e Carvalho (2008), o Movimento de Reconceituação oportunizou, ainda, a articulação político-profissional continental, direcionada pelo Centro Latino-americano de Trabajo Social e pela Asociación Latino-americana de Escuelas de Trabajo Social (Celats-Alaets), “soldando uma unidade de diversidades nacionais”.

No plano da orientação teórica e metodológica, a Reconceituação conformou-se com uma base eclética e heterogênea. Inicialmente, polarizado pelas teorias desenvolvimentistas e identificado com o universo do amplo “pensamento crítico”, alcançou as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista (NETTO, 1981).

Assim explicitada, a análise do Movimento de Reconceituação, inscrito e vinculado às contingências históricas que determinaram sua emergência e desenvolvimento, implica o exercício de apreender os fundamentos históricos e teórico-metodológicos das concepções de Serviço Social na história latino-americana, privilegiando a tradição marxista, com destaque para as relações deste Movimento com as lutas das classes subalternas.

Passada a violenta repressão que se seguiu ao Golpe Militar, as lideranças democráticas, comprometidas com as forças populares e de esquerda, buscaram estratégias de rearticulação para confrontar o regime. Ao mesmo tempo, o “modelo econômico”, assentado no fim da estabilidade do emprego e numa política salarial depressiva engendrando, por exemplo, o arrocho salarial atingiu os trabalhadores em suas condições imediatas de trabalho e de vida, desdobrando-se ainda em insatisfação na pequena burguesia urbana, que teve no movimento estudantil universitário sua manifestação mais visível.

Netto (1990) assinala que a inquietude e a explosão contestatória evidenciaram o florescimento de uma cultura predominantemente de esquerda, em todas as suas expressões (na literatura, no cinema, na música e na emergência de movimentos culturais), repercutindo na particularidade da conjuntura nacional, os processos dos países capitalistas centrais e da periferia latino-americana.

No âmbito das universidades, desde meados dos anos de 1950 evidenciava-se uma aberta politização dos intelectuais, sintonizada às lutas sociais e à democratização em curso, destacando-se a luta em defesa da escola pública e o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. No imediato pós-golpe, o regime realizara o controle e destruição das organizações de docentes e pesquisadores estudantes, bem como de experiências e alternativas destinadas a democratizar os sistemas e processos educacionais, vinculando-os às necessidades da massa da população.

No entanto, entre 1964 e 1968, o sistema educacional e universitário constituía um dos flancos vulneráveis e abertos ao apelo político contra a Ditadura Civil-Militar. Só a partir de 1968 e 1969, o regime autocrático golpeia o conjunto das instituições do sistema educacional, instaurando a sua política de educação compatível ao conjunto da política

social da ditadura, funcional ao “modelo econômico”, iniciando pelas universidades, associadas a outras medidas de forte repressão. A radicalização à esquerda também se efetivou nas Ciências Sociais, beneficiando-se da interlocução com autores marxistas, mas não só, e na definição do seu papel em face da realidade subdesenvolvida e dependente da América Latina (NETTO, 1990).

Nesse sentido crítico, estabelece-se a contraposição à perspectiva da modernização conservadora e a recusa ao conservadorismo reatualizado, processos em curso na dinâmica profissional brasileira nos conteúdos e pautas dos eventos promovidos pelas entidades da categoria.

Netto (1990) e Iamamoto e Carvalho (2008) destacam que no Brasil, sob a Ditadura Militar, ocorreu a consolidação da expansão monopolista, com alterações no processo produtivo, na organização e aparato do Estado, desdobrando-se para os aparelhos de hegemonia da sociedade, entre eles a universidade.

Sob estas determinações e condições históricas constitui-se o Processo de Renovação do Serviço Social, gestando um novo perfil profissional por meio da consolidação de um mercado de trabalho nacional para os/as assistentes sociais, bem como crescimento do contingente profissional; crescimento e inserção da formação no circuito universitário, sujeito às exigências do ensino, pesquisa e extensão; criação da pós-graduação *stricto sensu* com produção científica; interlocução acadêmica com áreas afins; renovação dos quadros docentes e mercado editorial; e reconhecimento pelas agências de fomento, entre outros aspectos (NETTO, 1990, 1996).

Considerações finais

É fato inconteste que a maturação acadêmica do Serviço Social brasileiro, iniciada sob as condições e amarras impostas pela Ditadura Civil Militar, adquiriu visibilidade no contexto da crise do regime, fazendo com que o Serviço Social vivesse um descompasso. Assim, não obstante a profissão dispor de condições críticas para dar o salto necessário para responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, não apresentava ainda os pressupostos teóricos críticos para sustentar uma autorrenovação (IAMAMOTO, 2017).

Numa chave analítica carregada da perspectiva de historicidade, Iamamoto (2017) assevera que esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do Movimento de Reconceituação, pois já não era possível sua mera reiteração.

A sociedade brasileira e, nela, a profissão haviam amadurecido historicamente. Repô-las significaria potencializar os seus equívocos. Por conseguinte, não restou outra alternativa senão um mergulho na pesquisa histórica, aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional (ainda inconclusas).

O processo de reconstrução e análise crítica do Movimento de Reconceituação, na particularidade brasileira, inscreve-se neste esforço coletivo sustentado na perspectiva de articulação entre a história do País, a crítica e a autocrítica do conhecimento junto à

profissão. É, portanto, um desafio contribuir com a tarefa inconclusa de adensamento dos fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social (IAMAMOTTO, 2010, 2011b).

As tendências regressivas do capital estabelecem um campo de tensões e lutas que atravessam o cotidiano profissional, marcado por projetos societários antagônicos, em um contexto de políticas sociais restritivas de direitos, cujo enfrentamento exige da categoria de assistentes sociais permanente qualificação teórico-metodológica e ético-política.

Cumprir mencionar que o processo de implementação de direitos sociais no Brasil consubstancia uma longa história de desigualdades que são potencializadas, na contemporaneidade, pela reestruturação produtiva, pelo ideário neoliberal, pelas inúmeras contrarreformas do Estado, engendrados para solapar a agenda clássica de universalização de direitos e o sucateamento das políticas sociais, bem como por um profundo conservadorismo, sobretudo, do atual governo federal que flerta, diuturnamente, com ações e atitudes fascistas.

No bojo das transformações ocorridas na relação entre Estado e sociedade, as responsabilidades no trato da questão social foram transferidas para organizações não governamentais e para o mercado, neste caso mediante incentivos à privatização das políticas sociais (TENENBLAT, 2014).

Ainda de acordo com Tenenblat (2014), os países latino-americanos foram obrigados a adotar rigorosos programas de ajuste econômico, que incluíam redução dos gastos sociais como saúde, educação, previdência, dentre outros, privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos controles de câmbio, possibilitando novas oportunidades de acumulação do capital.

Logo, o ideário neoliberal — imposto indistintamente aos países periféricos pelas agências multilaterais, sob o comando político dos Estados Unidos —, colocou em xeque, sob certo aspecto, a própria soberania dos Estados nacionais. Mais grave, ao reproduzir sistematicamente a lógica econômica do capital, perpetuou a condição subalterna da maioria da população, fragilizando direitos anteriormente conquistados.

Além disso, os efeitos da pandemia e do sucateamento dos precários serviços públicos contribuem ainda mais para o acirramento de desigualdades sociais. Trata-se, assim, de manobra perversa que elide a responsabilidade do Estado e descaracteriza a própria noção de direitos, desvinculando-a dos parâmetros de justiça, solidariedade, igualdade e do acesso à cidadania.

Nesse cenário, de aceleração do processo de fragilização de políticas sociais e supressão de direitos, patrocinados por um governo de extrema-direita, conservador, reacionário, inepto e anticientificista, a categoria de assistentes sociais depara-se em sua atuação profissional, cada vez mais, com o gerenciamento da barbárie, uma vez que após a chegada ao poder de Jair Bolsonaro houve uma absurda aceleração do processo de flexibilização de direitos, sucateamento do Estado e entrega de recursos públicos para o capital privado especulativo.

Urge destacar que os acontecimentos marcantes na política no Brasil — Golpe Parlamentar, Jurídico e Midiático de 2016 e, também, a atual ascensão de um governo de extrema-direita — são consequências e desdobramentos imediatos da completa subordinação do País aos ditames do capital financeiro internacional, iniciada há mais de duas décadas e agravada nos anos 2000.

Nesse sentido, a nefasta conjuntura atual exige lembrar a célebre frase do Manifesto Comunista de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes tem sido a história das lutas de classes” (ENGELS; MARX, 1999, p. 40), pois enfrentamos tempos de acirramento da ofensiva capitalista ultraliberal contra a classe trabalhadora, de inúmeras violações de direitos de quem luta cotidianamente por justiça social, democracia radical e substantiva, superação das opressões, liberdades e emancipação humana.

Atualmente, engendra-se o desmonte que coloca em xeque o lastro das parcas conquistas no campo democrático de direitos, oriundas das lutas sociais da década de 1980 e do legado da Constituição Federal de 1988. Como consequência, o atual governo tem demonstrado cotidianamente que a sociedade brasileira não abriga mais as condições reais de civildade e plenitude em suas relações sociais.

Não obstante, o embrutecimento da classe dominante não se limita às medidas mencionadas. Analisar tal conjuntura é destacar, ainda, a face mais perversa do processo de busca de manutenção do poder pela via do extermínio da vida e pelo uso da força e da violência. Nesse ataque à classe trabalhadora, mulheres e jovens negros/as são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de raça/etnia, sexualidades, territórios e que têm em comum um elemento: o de classe.

Cumprir assinalar, ainda, que os retrocessos no campo dos direitos sociais remontam à história da questão social tratada como caso de polícia, seja pelas execuções sumárias ou pelo encarceramento em massa, como regra da justiça seletiva. Assim, a perversa ação do Estado para salvaguardar o capitalismo em crise, mantendo as suas formas de dominação e exploração, reside na militarização da vida e na criminalização das lutas e movimentos sociais.

Sem mencionar a emergência, em anos recentes, do mais perverso neoconservadorismo no Brasil, capaz de patrocinar perseguições a religiões de matriz africana e às minorias, como mulheres, indígenas e à população LGBT⁴. Uma das frentes dessa preocupante ofensiva conservadora reside no Congresso Nacional, onde uma crescente bancada religiosa tenta romper a laicidade do Estado, para impor seus valores fundamentalistas à população. Nas sociedades capitalistas, tal qual a brasileira, independentemente de a esquerda ocupar alguns postos importantes na estrutura do Estado, predominam enormemente as velhas

⁴ O uso da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) foi acordado e difundido a partir da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em junho de 2008 em Brasília. Atualmente, contudo, os movimentos sociais têm utilizado LGBTQIAP+ para designar outras expressões.

concepções burguesas e pequeno-burguesas, entranhadas na cultura do povo por meio de séculos de dominação colonialista e imperialista.

A burguesia não apenas detém o predomínio de sua ideologia, como domina os instrumentos de sua divulgação e defesa. Mobiliza, assim, a imprensa, o rádio, a televisão, dispõe das universidades, dos centros culturais e utiliza largamente a religião. Em síntese, é como assinalavam Engels e Marx (1999, p. 57) “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante”.

Desse modo, o aparato repressivo do Estado — especificamente as polícias militar, civil e federal — é doutrinado desde sempre para ser refratário às reivindicações elementares em torno de direitos sociais, políticos, civis e humanos. Quando se aumenta a militância envolvida em sua defesa, os reacionários fascistas entrincheiram-se raivosamente em defesa da manutenção de seus privilégios.

Por fim, afirmam-se afinidades eletivas entre o Serviço Social e as necessidades, interesses e iniciativas políticas de distintos segmentos das classes subalternas e, em especial, os trabalhadores, pois, o Serviço Social latino-americano tem mais tempo em sua aproximação ao pensamento histórico-crítico do que a prevalência exclusiva do pensamento liberal e conservador. Há muito mais tempo de luta do que de exclusiva convivência com os centros de poder (IAMAMOTO, 2017).

Referências

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALAYÓN, Noberto. Desafíos para el Trabajo Social en América Latina en los momentos decisivos de capital y el avance del conservadurismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 10-18, jan./jul., 2016.
- BARROCO, Maria Lúcia. Memória e conquistas históricas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 178-180, jan./abr. 2017.
- CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.
- CORNELY, Seno. Entrevista a Seno Cornely. **Revista Acción Crítica**, Lima, ALAETS, 1979.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 21–108.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13–38, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.09>. Acesso em: 16 ago. 2022.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NETTO, José Paulo. **La crítica conservadora a la reconceptualización**. Lima: Acción Crítica; Celats, 1981.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964**. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n 50, São Paulo, Cortez, p. 87–132, 1996.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

QUADROS, Jânio. Mensagem presidencial ao Congresso Nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 2., Rio de Janeiro, 1961, p. 33. **Anais [...]**. Rio de Janeiro,

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, p. 151–175, 2006.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaísa; ZACARIAS, Inez Rocha. A Reconceituação Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 135, p. 327–345, maio/ago. 2019.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. Financeirização do capital e questão social no contexto do novo-desenvolvimentismo. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 327-353, jul./dez. 2014.

Submetido em: 22/08/2022

Revisto em: 31/12/2022

Aceito em: 06/10/2022